Sábado, 16 de abril de 1988 O GLOBO 0 PAIS • 3

arney: Reforma sacrifica regiões po

^ ^ ^ ™ ^ ^ Foto de Séraio Maraues JB" " BRASÍLIA — Um dia após a pri-
meira derrota importante do Gover-
no, na votação do Capítulo do siste-
ma tributário pelo plenário da
Constituinte, o Presidente José Sar-
ney manifestou ontem preocupação
com o recolhimento direto de recei-
tas pelos Estados e Municípios. No
programa semanal radiofónico "Con-
versa ao pé do rádio", o Presidente
afirmou que o projeto a ser aprovado
pela Constituinte reduzirá em cerca
de dez por cento as aplicações nos
Estados do Norte, Nordeste e Centro-
Oeste.

— Temos que ter cuidado para não
inviabilizar a União — frisou o Pre-
sidente, acrescentando que os recur-
sos arrecadados pelo Governo fede-
ral são sempre usados para cumprir
as suas finalidades e também para
auxiliar as regiões mais pobres, co-
mo o Norte e o Nordeste, construir a
infra-estrutura nacional e ter recur-
sos para as emergências.
Sarney também usou o programa
para comunicar a revogação do de-
creto que liberou as mensalidades
das escolas públicas e a desapropria-
ção de 400 mil hectares de terras pa-
ra fins de reforma agrária, aprovei-

tando para elogiar o Ministro Jáder
Barbalho por seu desempenho na
pasta.
— Ele está dinamizando o processo
da reforma agrária e avançando com
prudência, competência e firmeza na
linha que estabeleci de promover a
paz na terra — disse o Presiden-
te Sarney.
• CRÍTICA — Ao contrário do que ale-
ga o Governo, que haverá evasão de
recursos da União — perda de 23 por
cento da arrecadação, em favor dos Es-
tados e Municípios — o Presidente da
Constituinte, Ulysses Guimarães, defen
deu ontem as decisões do plenário re-
lativas ao capítulo tributário. Segundo
Ulysses, "todos, inclusive o Governo, ti-
veram oportunidade de apresentar con-
tribuições ao texto", em debate desde
as subcomissões temáticas.

Ulysses lembrou que segmentos inte-
ressados na aprovação de matérias
constitucionais participaram das discus-
sões, exemplificando com a atuação de
juízes, promotores e advogados no títu-
lo sobre o Judiciário, e o empenho de
entidades internacionais de defesa am-
biental, que ofereceram sugestões para
a proteção do meio ambiente. Ao encerrar os trabalhos, Ulysses comunica que haverá sessão no sábado e no domingo da próxima semana

Secretários criticam Falta de quorum adia emenda que devolve à
União poder de partilha

sessão para terça-feira
BRASÍLIA — Secretários de Fa-
zenda de 16 Estados, que trabalham
junto aos Constituintes desde quinta-
feira, emitiram nota em que rejeitam
a proposta de fusão das emendas pa-
trocinadas pelo Governo e apresen-
tadas pelos Deputados Mussa Demes
(PFL-CE) e José Lourenço (PFL-BA)
— que privilegia os Estados do Nor-
deste, mas mantém a centralização
de recursos na União —, por enten-
derem que ela atende apenas aos in-
teresses da União e prejudica os Es-
tados e Municípios. O Deputado José
Serra (PMDB-SP) emitiu nota onde
contesta as "tabelas pseudotécnicas"
utilizadas pelo Governo na tentativa
de conseguir apoio à sua proposta.
A fusão das emendas Mussa-Lou-
renço faz o Fundo de Participação
dos Estados e Municípios incidir —
com percentual reduzido — sobre to-
dos os impostos da União. Também
garante à União competência para
instituir o Imposto Único sobre Com-
bustíveis, Lubrificantes, Energia Elé-
trica e Minerais — que o projeto da
Sistematização inclui no ICM, de
competência dos Estados.
Os Secretários dissseram que,
além de rejeitarem a proposta, man-
têm-se firmes e unidos na defesa dos
interesses dos Estados, sob o argu-
mento de que "a melhor distribuição
dos recursos é vital para a democra-
cia e para o sistema federativo". Eles
alertam os Constituintes para mano-
bras que têm o propósito de manter
a concentração de recursos em poder
da União.

Negando que a distribuição dos re-
cursos levaria a União à falência, pe-
dem a manutenção .do texto que
aglutina os Impostos Únicos na base
de cálculo do ICM e a manutenção
dos índices já acordados dos Fundos
de Participação dos Estados e Muni-
cípios.
Num trabalho bastante técnico,
Serra contestou o conjunto de ta-
belas que comparam a distribuição

regional de recursos no sistema tri-
butário vigente com a que resultará
do projeto da Sistematização —-
adaptado pelo Centrão — e a que se-
ria obtida se fosse aprovada a nova
proposta, fusão das emendas Mussa-
Lourenço. As fontes dos dados são as
Secretarias da Receita Federal e de
Economia e Finanças.
Serra lembra que os dados utiliza-
dos são previsões de arrecadação pa-
ra 1988, sujeitas a variações, depen-
dendo das taxas de inflação e de
crescimento da economia. Assim, os
erros de previsão afetariam desigual-
mente as estimativas de arrecadação
dos diversos impostos, comprome-
tendo as simulações.
Ele também salienta que, no cálcu-
lo das tabelas, há vários descuidos.
O imposto municipal sobre vendas
de varejo de combustíveis, que deve-
ria constar da receita no projeto do
Centrão, simplesmente foi ignorado:
— Evidentemente, a omissão dimi-
nui os ganhos relativos com o proje-
to do Centrão.

O Deputado paulista também argu-
menta que as tabelas do Ministério
da Fazenda superestimam os ganhos
dos Estados com a extinção dos Im-
postos Únicos sobre Combustíveis e
Lubrificantes, Energia Elétrica e Mi-
nerais e impostos sobre transportes
e comunicações, e a incorporação
das respectivas bases à do ICM. Este
equívoco amplia artificialmente os
ganhos de receita dos Estados, dis-
torcendo a distribuição regional dos
recursos, porque aparenta um ganho
maior nos Estados do Sul-Sudeste.

Ao concluir, Serra diz que o gran-
de ganhador com a nova proposta se-
rá a União, "o que em si, não é um
mal". Mas afirma que perdem tam-
bém o federalismo e a economia bra-
sileira, que terão de continuar a con-
viver com os Impostos Únicos, cujos
efeitos económicos são extremamen-
te perversos.

Anexo para fumantes
Parlamentares propõem
desanuviar o plenário
com um 'fumódromo'
PORTO ALEGRE - Ou-

tro tema bastante polémico
deverá envolver os Consti-
tuintes em breve. Ao con-
trário dos demais, não
constará na nova Carta
nem mesmo nas Disposi-
ções Transitórias. Trata-se
da possibilidade de criar
um "fumódromo" numa
sala anexa ao plenário, on-
de passaria a ser proibido
fumar.

Segundo o Líder do
PMDB, Deputado Ibsen Pi-
nheiro, a ideia sergiu por-
que há três excessos na
Constituinte atualmente:
de tensão, de trabalho e de
fumo. Como não há condi-
ções de diminuir o traba-
lho e a tensão, decorrên-
cias naturais do atual
estágio da Constituinte, a
saída urgente é combater o
fumo. Isto porque, confor-
me Ibsen, todos estão fu-
mando muito na Consti-
tuinte, mesmo aqueles que
não têm o hábito.

Esta situação é conse-
quência de boa parte dos

Constituintes fumar e bas-
tante numa área onde não
existem janelas, as portas
de vidro estão sempre fe-
chadas, abrindo somente
quando alguém entra. Não
há ventilação (somente ar
condicionado) e lá. os Cons-
tituintes permanecem por
10 a 12 horas seguidas, res-
pirando num ambiente
completamente enfumaça-
do.

— Um verdadeiro infer-
no — diz Ibsen.
O Líder peemedebista
disse que a idéia*está sendo
discutida e deverá ser
apresentada à Mesa, "pelas
lideranças antitabagistas".
Ibsen , que não fuma,
adiantou que a ideia é usar
uma grande sala perto do
plenário, com sistema de
som que permite acompa-
nhar as sessões e até com
divã, para descanso. Ibsen
afirmou que o estresse é
tão grande entre os Consti-
tuintes que esta semana
muitos tiveram pressão al-
ta.

BRASÍLIA — O quorum baixo, que
deixou dúvidas quanto à existência
de maioria, acabou provocando o en-
cerramento da sessão de ontem da
Constituinte, justamente quando era
colocado em votação o dispositivo
que faculta aos Estados a cobrança
adicional de até cinco por cento do
Imposto de Renda sobre lucros e
ganhos de capital.
Nem os articuladores da nova re-
forma tributária, que inclui a pro-
posta, nem os representantes do em-
presariado, que desejam suprimi-la,
tinham certeza de contar com 280 vo-
tos naquele momento. Por isso, to-
dos preferiram deixar o assunto para
a sessão da próxima terça-feira, às
14h30.

A criação do adicional é um dos
pontos básicos do novo sistema tri-
butário, desde a fase das subcomis-
sões da Constituinte. Na articulação
do acordo, o adicional foi a principal
compensação oferecida aos Estados
do Centro-Sul, que em troca apoia-
riam o aumento substancial da parti-
cipação do Norte-Nordeste-Centro-
Oeste na partilha do bolo tributá-
rio.

O Deputado Fernando Bezerra
Coelho (PMDB-PE), que defendeu a
instituição do adicional, afirmou que
se tratava de parte essencial do novo

sistema, garantindo a descentraliza-
ção e a autonomia dos Estados. Além
disso, ressaltou que, enquanto os Es-
tados pobres estavam sendo atendi-
dos com a elevação de suas quotas
nos Fundos de Participação dos Es-
tados e dos Municípios — acabando-
se com o "beija-mão" que envolve o
recebimento de recursos em Brasília
—, os Estados ricos teriam à sua dis-
posição um tipo de tributo, facultati-
vo, que já existe nos Estados Unidos
e no Canadá.

O argumento principal do Deputa-
do Afif Domingos (PL-SP), um dos
autores da emenda suprimindo o
adicional, é que os Estados pobres
acabariam sendo punidos pela ado-
ção do novo imposto, pois, segundo
ele, haveria repasse dessa taxa nos
bens e serviços produzidos pelos Es-
tados ricos.
O argumento de Domingos tem si-
do rebatido pelo Deputado José Ser-
ra (PMDB-SP), um dos articuladores
do novo sistema tributário. Ele afir-
ma que o adicional só incidirá sobre
grandes fortunas e aplicações de lu-
cros feitas pelas empresas, ficando
longe de atingir os assalariados, pe-
quenos e médios empresários. Se-
gundo Serra, para serem coerentes,
os adversários do adicional deve-
riam pedir a supressão do próprio
íffiposto de Renda.

Em nome da bancadas do Norte,
Nordeste e Centro Oeste, o Deputado
José Luiz Maia (PDS-PI) comandou a
retirada de plenário, dizendo que
uma matéria de tal importância não
poderia ser votada com quorum pe-
rigosamente baixo. Falando em no-
me da liderança do PFL, o Deputado
Inocêncio de Oliveira (PE) concor-
dou com o apelo.
Na única votação anterior ao en-
cerramento da sessão, foi derrotada
por 190 votos contra 118 e 5 absten-
ções uma emenda do Deputado Cé-
sar Maia (PDT-RJ) que deixava com
os municípios a cobrança do ISS so-
bre serviços de telecomunicações.
Falando contra, o Deputado José
Serra disse que o imposto deve ser
cobrado pelos Estados, para evitar a
concentração excessiva em mãos de
alguns municípios. O Relator Ber-
nardo Cabral também foi contra.
A sessão foi iniciada às 8h30, veri-
ficando-se às 10h20 a existência de
quorum, com 294 Constituintes pre-
sentes. O encerramento ocorreu às
llh30. O Presidente da Constituinte,
Ulysses Guimarães, reiterou a con-
vocação de sessões para sábado e
domingo da jSróxima semana e lem-
brou que haverá sessão normal na
quinta-feira, já que o feriado de 21 de
abril será comemorado na segunda.

Congresso homenageará Tancredo dia 21

BRASÍLIA — O Congresso vai ho-
menagear o Presidente Tancredo Ne-
ves com uma sessão solene às 19h da
próxima quinta-feira, dia 21, terceiro
aniversário de sua morte. O requeri-
mento foi apresentado pelo Depu-
tado Milton Reis (PMDB-MG), que
discursará em nome da Câmara. On-
tem, o Presidente da Constituinte e
do PMDB, Ulysses Guimarães, disse
que apesar do esforço do Presidente
José Sarney os anos sem Tancredo
estão sendo muito difíceis.

Segundo ele, "o País sente a au-
sência do grande líder que era Tan-

credo Neves, responsável peia aoer-
tura do caminho da transição".
— Foram três anos difíceis. Toda a
composição tinha sido feita pressu-
pondo a liderança de Tancredo, suas
concepções políticas e até mesmo o
seu passado — acrescentou.

Ulysses reconhece o esforço de
Sarney para solucionar os grandes
problemas que o País enfrenta. Res-
saltou, porém, que a Constituinte é o
grande acontecimento nacional, pois
só com uma Constituição progressis-
ta e contemporânea, que seja capaz

de restaurar a Federação, serão en-
contradas soluções para os graves
problemas do Brasil.

O Presidente do PMDB assegurou
que o pleito municipal será realizado
em novembro próximo e caberá à
Constituinte decidir sobre a eleição
do Presidente Sarney ainda este ano.
Mais uma vez ele lembrou o compro-
misso do País com a transição, fri-
sando que "o monstro do autoritaris-
mo já foi morto, mas os escombros e
as ruínas estão aí para serem remo-
vidos, em todos os sentidos".

Newton sai
em defesa
da redivisão
tributária
BELO HORIZONTE - O Governa-
dor de Minas Gerais, Newton Cardo-
so, considerou um equívoco as decla-
rações do Presidente da República,
José Sarney, de que a Reforma Tri-
butária aprovada pela Assembleia
Constituinte prejudicará os Estados
do Norte e Nordeste.

— Quero crer que o Presidente se
equivocou. Aquela reforma que nós
acertamos no Rio de Janeiro ajuda
de mais o Governo federal, os Esta-
dos da Federação e o Nordeste —
afirmou.
Após destacar o empenho de todos
os Governadores peemedebistas na
manutenção da unidade partidária,
Newton Cardoso expressou a dispo-
sição geral de seus colegas de apoia
as mudanças económicas propostas
pelo Governo federal.
Mas não economizou palavras pa-
ra demonstrar a distância entre seu
partido e Sarney. Disse que o PMDB
— majoritário nas eleições estaduais
passadas — na verdade nunca foi
Governo no País. Explicou que sua
legenda lutará até às eleições presi-
denciais previstas para o próximo
ano para demonstrar que na prática
nunca esteve à frente da administra-
ção federal.
— Vamos mostrar que o PMDB
nunca foi Governo. Vamos ter um
candidato o ano que vem, em 1989. O
Presidente Sarney não é do PMDB.
Ele sabe. Está governando com uma
aliança feita por Tancredo Neves, a
Aliança Democrática. Então o
PMDB, pela primeira vez, vai tentar
ser Governo nas eleições de 1989.

Dívidas vão ter sua

cobrança agilizada
BRASÍLIA — A decisão tomada es-
ta semana pela Constituinte, de au-
torizar a Procuradoria Geral da Fa-
zenda Nacional a inscrever e cobrar
judicialmente dívidas junto à União,
vai agilizar e tornar mais eficiente a
quitação dos débitos.
A opinião é do Procurador Geral
da Fazenda Nacional, Cid Heraclito,
que comemora o que define como o
desejo dos Ministros da Fazenda dos
últimos 20 anos: a Procuradoria po-
derá atuar diretamente na cobrança
das dívidas ativas da União.
Atualmente, cabe ao Ministério
Público a execução das dívidas ati-
vas. Ao longo dos últimos anos, os
Ministros da Fazenda tentaram sem
êxito ver alterada a Carta para per-
mitir à Procuradoria o encargo de
execução destas dívidas.
Agora, a decisão dos constituin-
tes, altera um quadro com que os
Procuradores da Fazenda convivem

há anos: o dos processos de cobrança
de dívida junto à União que se arras-
tam por anos. No final de fevereiro
havia 79,2 mil dívidas inscritas en-
volvendo CZ$ 433,6 bilhões.
— Um valor significativo quando
se observa que representa mais da
metade do que o Governo economi-
zará com o congelamento, por dois
meses, da URP (Unidade de Referên-
cia de Preços) para o funcionalismo
público e das estatais — concluiu
Cid Heraclito.